

Aspectos históricos e sociolinguísticos dos Tembé de Tomé-Açu/PA: conflitos e reações

The socio-historical and linguistic spectres of the Tembé de Tomé-Açu/PA: conflicts and reactions

Michelly Silva Machado¹
Universidade Federal do Pará

♦ **RESUMO:** O estudo consiste em algumas reflexões sobre a situação sociolinguística dos Tembé de Tomé-Açu/PA. Para tal, estudo alguns fatores históricos que desvelam reações e atitudes Tembé em defesa da sua segurança física e valorização sociocultural. A pesquisa possui abordagem socioantropológica, realizada através do levantamento de fontes documentais, como: ofícios e relatórios de campo da Fundação Nacional do Índio, entrevistas semiestruturadas e conversas informais com colaboradores Tembé. O argumento central está voltado às tentativas de silenciamento da língua Tembé através de políticas públicas do Estado. Como resultados, observou-se as atitudes linguísticas de algumas famílias e as complexidades de um território em conflito com as empresas de dendê.

♦ **PALAVRAS-CHAVE:** Língua Tembé. Contato linguístico. Vulnerabilidade linguística.

♦ **ABSTRACT:** The study consists of some reflections on the sociolinguistic situation of the Tembé of Tomé-Açu/PA. For this, I study some historical factors that reveal Tembé reactions and attitudes in defense of their physical security and socio-cultural valuation. The research has a socio-anthropological approach, carried out through the survey of documentary sources, such as: letters and field reports of the National Indian Foundation, semi-structured interviews and informal conversations with Tembé collaborators. The central argument is focused on attempts to silence the Tembé language through state public policies. As a result, we observed the linguistic attitudes of some families and the complexities of a territory in conflict with oil palm companies.

♦ **KEYWORDS:** Tembé language. Linguistic contact. Language vulnerability.

Introdução

No Brasil, muitas línguas indígenas foram substituídas pelo português brasileiro em decorrência do colonialismo europeu e da falta de valorização da diversidade biosociocultural e linguística dos povos originários. Apesar de avanços nas leis e de conquistas recentes, como o Ministério dos Povos Indígenas e a Secretaria de Articulação e Promoção de Direitos Indígenas, formada pelos departamentos de Promoção da Política Indigenista e de Línguas e Memórias Indígenas, os anos de silenciamento trouxeram complexas consequências aos diferentes coletivos étnicos.

¹ Doutoranda em Antropologia (PPGA) pela Universidade Federal do Pará (UFPA), no campo da Antropologia Linguística. Mestra em Diversidade Sociocultural pelo Programa de Pós-graduação em Diversidade Sociocultural (PPGDS), do Museu Paraense Emílio Goeldi (CCH/MPEG), vinculada à Linha de Pesquisa Povos Indígenas e Populações Tradicionais. Mestra em Linguagens e Saberes na Amazônia - (PPLSA-UFPA), vinculada à Linha de Pesquisa Leitura e tradução cultural na Amazônia. Graduação em Letras Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Graduação em História (Licenciatura) pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). e-mail: mih.machado02@gmail.com.

Sobre o fortalecimento das línguas indígenas ocorreu de 22 a 25 de novembro de 2022 o Seminário Internacional “Viva Língua Viva” organizado pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e pelo Museu Paraense Emílio Goeldi com o tema “Revitalização de línguas: por que e como fazer?”. Foi um momento importante para o debate das línguas indígenas ameaçadas e seus projetos de revitalização. Os discentes a partir de suas próprias perspectivas lembraram processos históricos que contribuíram para o enfraquecimento e perdas linguísticas. Frisaram sobre a desvalorização das línguas indígenas pelo genocídio histórico brasileiro e a necessidade de mais debates sobre as consequências epistemológicas dos conflitos linguísticos, bem como os processos de luta indígena na contemporaneidade.

Essas discussões me levaram a refletir sobre a situação sociolinguística dos Tembê do Vale do rio Acará-Mirim que há anos vem lutando pela sua defesa física, cultural e territorial. Esse artigo foi baseado em algumas discussões da dissertação de mestrado da autora, visa apresentar reflexões sobre a situação sociolinguística dos Tembê de Tomé-Açu/PA ressaltando aspectos históricos que ajudam a compreender a situação de vulnerabilidade linguística e as formas utilizadas pelo grupo para sobreviver à colonialidade. As informações etnográficas em que se baseia este artigo foram levantadas nas aldeias: Acará-Mirim, Cuxiú-Mirim, Turé-Mariquita, Tekenai, Aldeia Nova, Pytauã e Urumateua.

1 Os Tembê Tenetehár

Com base nos estudos de Silva (2010), a nação Tenetehár em Tupí-Guaraní significa “homem verdadeiro” ou “ser autêntico” simbolizando a força e a importância do povo Guajajára e Tembê. A designação Tembê foi atribuída por regionais com quem os Tembê provavelmente comercializavam, no século XIX. De acordo com Max Boudin (1978, p.255), o termo timbeb significa “nariz chato”, “variação patronímica dos índios Tenetehára tĩ = nariz e m(b) êw = achatado”. Outra explicação para utilização do termo compete ao hábito de furar o lábio inferior para colocar um “tembetá”, a pedra do beijo ou botoque, um adereço labial em forma de cilindro utilizado pelos Tenetehára (AUTORA, 2016, p.23).

A língua Tembê é referida como um dos membros do subconjunto IV da família Tupí-Guaraní, do Tronco Tupi, identificada como uma das duas variedades do Tenetehára (Tembê e Guajajára), conforme Rodrigues (1985). Estão localizados no estado do Pará e à margem direita do rio Gurupi, na Terra Indígena Alto Turiaçu, no estado maranhense. No Pará, distribuem-se em quatro regiões: os que moram à margem esquerda do rio Gurupi, na TI Alto Rio Guamá; os localizados na bacia do rio Acará; os de Aurora do Pará; e os de Jeju e Areal, de Santa Maria do Pará.

Os Tembê do rio Acará estão localizados em duas Terras Indígenas (TIs) e três Áreas Dominiais Indígenas (ADIs), a saber: TI Tembê, localizada no município de Tomé-Açu, a 260 km de Belém/PA, às margens da rodovia PA 140, possui duas aldeias: Acará-Mirim e Cuxiú-Mirim; A Terra Indígena Turé-Mariquita, distante a 240 km de Belém, cuja população é derivada do grupo Tembê de Acará-Mirim e as três Áreas Dominiais formadas pelas aldeias Pytauã, Nova e Urumateua.

Conflitos sociolinguísticos e a história dos Tenetehára-Tembé

Os Tenetehára-Tembé, como a maioria dos povos indígenas, foram marcados pelo contato com os europeus, em especial com os missionários jesuítas nos aldeamentos. Estima-se que entre os anos de 1723 a 1755, com a fundação de algumas missões no rio Pindaré (MA), a presença missionária explorou a mão de obra Tembé nas fazendas jesuíticas para a produção de açúcar, tabaco e outras especiarias comercializados por esses missionários.

Entre os séculos XVI e XVII, os padres jesuítas adotaram a política da língua geral para firmar a atuação religiosa e resolver o problema da comunicação com as populações indígenas. Conforme Azevedo (1971), a imposição da língua geral na Amazônia foi um componente decisivo para a atuação religiosa, pois os indígenas aldeados tiveram que abandonar o uso da sua língua nativa para usar a língua geral.

De acordo com Mbembe (2018), a colonização foi sistema baseado na superexploração de território e sujeitos, conferindo epistemicídio e hierarquizações aos povos originários. Desde o período colonial, as relações entre as línguas indígenas brasileiras com o português caracterizaram-se como situações de conflito e genocídio (FRANCESCHINI, 2011, p. 42). Como destaca Batista (1976, p. 43) citado por Freire (2003, p. 196), as línguas foram tratadas como “dialetos monossilábicos, incapazes de exprimir ideias universais”. A visão pejorativa veiculada as línguas indígenas sustentaram observações marginais e o racismo linguístico sofrido até hoje no Brasil.

No caso dos Tenetehára, no período colonial, as ordens religiosas além de ensinar a língua geral também contribuíram para o primeiro modelo de “ocupação” da região Norte. O processo de colonização através da imposição da língua portuguesa demarcou o Estado do Grão-Pará e Maranhão² contra possíveis invasores estrangeiros e assegurou o português como língua oficial.

Outrossim, a influência dos aldeamentos na trajetória dos Tembé consistiu no ingresso dos indígenas nas primeiras escolas comandadas pelos jesuítas. Com o intuito de facilitar a comunicação entre os missionários e a população autóctone, houve o incentivo de uso da língua geral o que contribuiu para o enfraquecimento da língua Tembé. Contudo, com o tempo as diretrizes e monopólio dos missionários sob os indígenas passaram a ser questionados, sobretudo pela “teimosia dos jesuítas de somente falarem com os índios na língua Tupy”³ (AZEVEDO, 1999, p.157).

Com o Diretório Pombalino⁴ houve as primeiras deliberações acerca das políticas linguísticas nacionais. No documento foram determinados: a secularização das aldeias; a liberdade dos indígenas; o incentivo aos casamentos interétnicos; e a imposição da língua do príncipe aos indígenas. Todavia, apesar da obrigatoriedade da língua portuguesa, a *língua geral* ou *nheengatu*, como passou a ser chamada posteriormente, continuou a ser utilizada pelos caboclos e indígenas⁵.

² A formação do Estado do Grão-Pará e Maranhão está ligada ao empenho da coroa na expulsão dos franceses, holandeses e ingleses que insistiam em ocupar o enorme território desde a segunda metade do século XVI e na necessidade de superar as dificuldades de comunicação entre os governos do Maranhão e Pará com o governo geral na Bahia (OLIVEIRA, 2011).

³ Como era referida por muitos, de forma genérica, a Língua Geral Amazônica.

⁴ Em meados do século XVIII, o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo elaborou uma série de medidas visando integrar as populações indígenas da América à sociedade colonial portuguesa. Uma das principais ações do diretório foi a expulsão dos jesuítas do Brasil e das demais colônias portuguesas, além disso, foi proposta a reforma do sistema de ensino, retirando as escolas do controle das ordens religiosas em nome das primeiras escolas laicas (não religiosas).

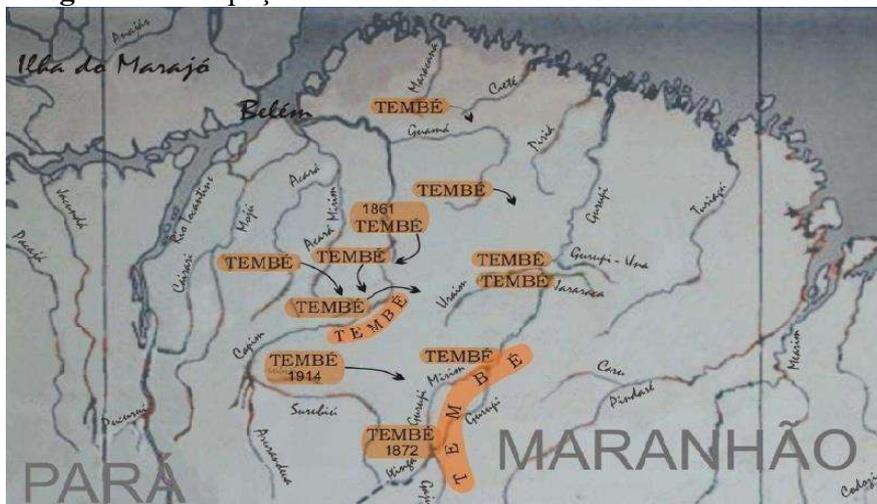
⁵ Somente no século XIX, com o movimento da cabanagem (1834-1841), o *nheengatu* foi adormecendo, com a morte de mais de 40 mil indígenas e negros falantes da língua geral. Atualmente, existe um movimento de retomada do *nheengatu* por alguns povos, como os Arapyun do Baixo Tapajós/PA.

Conforme uma liderança Tembé de Tomé-Açu, o contato com os portugueses serviu para que muitos grupos fossem expulsos de seus territórios ancestrais e aos poucos tivessem a sua cultura cada vez mais limitada. Em linhas gerais, as línguas dos povos originários foram testemunhas do contato com não indígenas, do glotocídio operado pelo colonialismo e pelas dispersões indígenas.

Díasporas Tembé e a expansão nipônica no Pará

Segundo registros de alguns viajantes, missionários e oficiais, os Tembé de Tomé-Açu têm sua origem no deslocamento dos grupos do rio Capim para o rio Acará, aparecendo há anos em processo de dispersão por territórios nas proximidades do rio Acará. No relatório de 1854, o presidente da Província Sebastião do Rego Barros alertou sobre a necessidade de entender as movimentações e deslocamento dos Tembé de seus territórios para outras localidades.

Figura 1 - Ocupação do território do Povo Tembé no Estado do Pará



Fonte: Dias (2010); adaptado do Mapa Etno Histórico de Nimuendaju (1944).

Em 1863, foi criado o “aldeamento de Santa Leopoldina”, com uma população de cento e trinta e dois indígenas. Em seguida, visitas periódicas foram destinadas ao aldeamento, onde foi constatada a presença de quatrocentos Tembé, incluindo alguns Turiwara que viviam nas proximidades do aldeamento em pequenos grupos distribuídos entre os igarapés Putyruitá e Canaxihy, afluentes do Rio Capim.

No que tange aos Tembé do Rio Capim esses passaram para o Rio Acará e se estabeleceram em uma área que hoje é reconhecida como TI Tembé. Posteriormente, outro processo de expansão econômica com base no modelo de desenvolvimento agrícola atravessaria a vida dos Tembé. Em 1929, o governador Dionísio Bentes desapropriou 600.000 hectares de terras habitadas pelos indígenas para implementação da colônia nipônica⁶. A produção de pimenta-do-reino e de outros produtos agrícolas pelos colonos nipônicos restringiu a produção dos pequenos produtores com relação a novas tecnologias implementadas. Esse processo foi realizado por subsídios do Estado brasileiro, em um

⁶ Com o declínio da Borracha e a busca por alternativas econômicas, o governador Dionísio Bentes investiu em atrair imigrantes japoneses para o Pará. Nesse contexto, a imigração japonesa já acontecia em São Paulo e as práticas na agricultura desses imigrantes chamava atenção pela sua disciplina.

momento histórico em que se visava a construção de uma identidade nacional que, não reconheceu nem os povos indígenas, nem os africanos.

Paralelamente a chegada dos japoneses, os indígenas do rio Acará foram reduzidos drasticamente, sobretudo por epidemias. A supervalorização do imigrante e o esquecimento dos locais demarcou o distanciamento das políticas públicas para a população indígena. Na história do Estado com os Tembé, há de se considerar tolerância à língua estrangeira, valorização do português como “a língua oficial do Brasil” e o silenciamento da língua indígena.

Como afirma Silva (2011, p. 10), o grupo que tem maior poder político e econômico usa esse poder - intencionalmente ou não - para estabelecer as normas de convívio social e de usos das línguas, “colocando aqueles que têm menos poder em uma situação de desvantagem”. Percebemos que a baixa vitalidade da língua Tembé aconteceu não só por modificações internas à língua, mas também por fatores extralinguísticos ou sociais.

Os Tembé mais idosos das aldeias TI Tembé contam que seus ancestrais eram crianças quando os japoneses começaram a chegar e apropriar-se do Território Indígena. No mesmo período eles passaram por um processo de redução chegando a dezoito pessoas, como resultado da criação das colônias de japoneses e dos fazendeiros que passaram a ocupar a região, no início do século XX (DUARTE, 2007). Apesar desse contexto, os Tembé não ficaram estáticos aos processos de colonização, passaram a se organizar pela defesa e demarcação de seu território na região do rio Acará.

Contato com a FUNAI

No que tange à história da formação das TIs de Tomé-Açu, sabe-se que o primeiro contato entre indígenas e a FUNAI aconteceu, inicialmente, em um dos deslocamentos das lideranças da atual TI Acará-Mirim (ou TI Tembé), à cidade de Belém, para conversa com técnicos do SPI. Conforme documentação encontrada na Administração regional da FUNAI, somente no ano de 1975, um técnico da 2ª Direção Regional foi deslocado para aquela região, a fim de verificar as denúncias do Sr. Manoel Barroso (cacique) contra invasores nas terras indígenas. Na ocasião da visita, foi delimitada a área ocupada pelos Tembé, porém nenhuma providência foi tomada naquele momento devido à ausência de regularização da área (FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, 1990).

Em 1979, foi realizada uma visita ao grupo Tembé pela equipe volante da FUNAI e pelo Sertanista Fiorello Parise. Durante a visita, ignorando o processo de dispersão indígena, foi sugerido aos Tembé de Tomé-Açu que se transferissem para a Reserva Indígena do Alto Rio Guamá (hoje TI Alto Rio Guamá). No entanto, a sugestão foi rejeitada pelo grupo, pela relação de pertencimento e pelas estruturas já montadas nas terras ocupadas.

Esse contexto esboça a falta de empatia da FUNAI em relação ao pertencimento e identidade local criada pelos Tembé em Tomé-Açu. Não se tratou sobre como o grupo estava vulnerável às doenças da cidade, nem sobre a diminuição das áreas para subsistência. A atenção dos agentes públicos era no aumento da integração econômica regional, comercial, financeira e produtiva do Pará. Sendo a melhor opção transferir os indígenas para o Alto Rio Guamá.

A última frente de expropriação das áreas indígenas aconteceu pela abertura da PA-140 com a exploração madeireira, em 1980. Na ocasião, a expansão da colônia japonesa contribuiu para o desenvolvimento da atividade, pois após a retirada da madeira, as áreas abertas foram incorporadas pela agricultura (PARÁ PIGMENTOS S.A, 1995). O

processo de reconhecimento das aldeias Tembé aconteceu a partir dos anos 1970-1980, sendo homologadas somente na década de noventa.

Os japoneses gozaram de vantagens sociais mediante as concessões do Estado brasileiro, sendo preciso destacar a condição de prestígio atribuída aos japoneses em contraposição ao estigma conferido aos Tembé. Com a expansão do centro urbano as áreas Tembé ficaram cada vez mais reduzidas. Além disso, a construção de estradas e o desmatamento para áreas de plantação culminaram em tensões entre os indígenas e as empresas que foram se estabelecendo nas proximidades das TIs. Hodiernamente, confrontos acontecem na região.

Em relação ao modo de vida, de acordo com o Relatório de campo de 1984, a população da aldeia Acará-Mirim⁷ naquele momento somava 18 (dezoito) indivíduos, alguns casados com mulheres não indígenas, liderados pelo cacique Manoel Barroso. O grupo desenvolvia atividades agrícolas como o cultivo de milho, arroz e mandioca, produzidos para o sustento próprio e para pequena comercialização (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1984).

As casas eram de madeira, palha ou barro, cobertas de cavaco e ainda possuíam, normalmente, dois compartimentos de tábuas corridas, sendo um deles com chão batido, e a cobertura de palha. Ao redor das casas, cultivavam árvores frutíferas, como: mangueiras, mamoeiros, jaqueiras, cajueiros, goiabeiras, limoeiros, laranjeiras, ingazeiros e açazeiros. Plantavam também cuieiras, pimentas de cheiro e malagueta, além de pés de café, pois a área ocupada já não oferecia tanta fartura de caça, pesca e animais silvestres. A mobília das casas era formada por alguns bancos e mesas. O fogão era de barro e ainda possuíam um girau para lavar louças. A água era retirada do rio Acará-Mirim e armazenada em panelas de alumínio ou potes de barro (FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, 1984).

Figura 2 – Moradia Tembé



Fonte: Lígia Simoniam – agosto, 1995 – Aldeia Indígena Tembé

Com exceção de dois Tembé que sabiam ler e escrever, em português, o restante da população não havia passado pelo processo de escolarização, pois não existiam escolas nas proximidades da área. A língua indígena já não era mais usada, sendo falada somente pelos mais velhos, que por vezes nela ainda se expressavam. Pelos dados descritos não é

⁷ Antigamente, o acesso à aldeia se dava pela PA-140 (Bujaru/Tomé-Açu), seguindo pela PA-256 Tomé-Açu/Paragominas até o ramal do KM-14 da estrada da JAMIC Imigração e Colonização LTDA, por onde se chegava ao lote do Sr. Faustino, seguindo pelo rio cerca de 40 minutos, até chegar à aldeia (Ofício INCRA/CR-01/G 1454/84).

possível saber em quais ocasiões os anciões usavam a língua. Contudo, é notório o movimento de adesão ao português brasileiro PB.

Conforme se descreve no Relatório de Campo da Funai, em 1984, os Tembé da Aldeia Acará-Mirim não praticavam mais nenhum tipo de ritual Tembé, muitos deles consideravam-se “crentes” e frequentavam os cultos celebrados pelos adeptos da igreja evangélica em pequenos templos (FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, 1984).

Se considerarmos o ritual como linguagem, as experiências multisensoriais baseada na percepção de mundo Tembé, tais como: movimento do corpo, dança, celebração, música, grafismo e dos adornos corporais, estavam adormecendo naquela localidade. Assim, além da língua Tembé, outros signos culturais estavam se modificando.

Em 2016, a Aldeia Turé-Mariquita, com integrantes oriundos da TI Tembé, era formada por 146 ha de terra indígena e 587,99 ha de áreas domaniais indígenas, totalizando 733,99 ha, distribuídos em duas aldeias, Turé e Tekenaí. Foi demarcada em 1988, situada às margens do igarapé Turé e de um braço deste, chamado Rego Fundo. A população da Turé-Mariquita, encontra-se na maioria residindo na aldeia Tekenaí. Além dessas, outras famílias Tembé moravam em “terras contíguas” à TI, em lotes familiares. Esses Tembé são residentes da Aldeia Nova, da Urumateua e da Aldeia Pytauã (com a presença de Munduruku).

Conforme informações com alguns Tembé, na década de noventa não existiam mais falantes fluentes da língua indígena nessa região. Apenas os mais velhos se lembravam de algumas palavras e conseguiam formar frases soltas. A língua não era ensinada aos mais jovens e as escolas seguiam o currículo não indígena sendo ofertado nas localidades vizinhas.

Gabriel Nascimento (2019, p.73), ao falar sobre os subterrâneos da linguagem e do racismo, destaca que “o colonialismo pode se manifestar (enquanto colonialidade) na linguagem e no sentido de se transformar em uma agenda política de opressão, produtora e reprodutora de desigualdades”. No contexto Tembé a opressão linguística contribuiu para o enfraquecimento da língua indígena. Além das adversidades enfrentadas por esse povo, a falta de organização e atitudes internas para manutenção da língua culminou para o seu enfraquecimento, mas não esquecimento.

A conjuntura destes Tembé nos faz entender, ainda que superficialmente, os porquês dos processos linguísticos contemporâneos de revitalização, ativação e reativação de línguas adormecidas. Dessa forma, é importante olhar para situações pretéritas que marcaram as formas do dizer, do nomear e do não dizer. O que vemos hoje nas aldeias é reflexo de anos do colonialismo das línguas originárias.

Situação sociolinguística dos Tembé-Tenetehára

Os Tembé de Tomé-Açu, de Jeju e Areal de Santa Maria do Pará são falantes da língua portuguesa. Em Tomé-Açu apenas três indígenas em 2016, incluindo duas indígenas Tembé-Munduruku⁸, se expressam, ocasionalmente, na língua materna. Essas Tembé contam que aprenderam as tradições e a língua no convívio com a família, mas que isso não acontecia com todos da aldeia:

⁸ As interlocutoras Tembé são filhas de mães Tembé e pais Munduruku. Os pais eram moradores de aldeias Munduruku do município de Jacareacanga, sudoeste do estado do Pará. Ao casar, os pais das indígenas foram morar em aldeias tembé, no entanto, este local não nos foi informado.

[...] A língua Tembé, no passado, era o único idioma que as crianças aprendiam na sua infância, ensinada pelos pais. Na época não havia a escrita, haja vista que não havia professores que ensinassem as pessoas a lerem e escreverem. Eram os pais que se ocupavam da função, a casa era o espaço que se aprendia a linguagem, costumes e tradições Tembé (TEMBÉ, 2008, p.20).

A língua Tembé deixou suas marcas na memória e na história. Com exceção de alguns idosos e mulheres Tembé-Munduruku, a maioria dos Tembé de Tomé-Açu é falante do português, entretanto, conhecem algumas palavras na língua e chegam a formar algumas frases, embora não exista uma comunicação interna entre eles. O grupo relembra que, no passado, a língua Tembé era o único idioma aprendido, porém com a morte de muitos anciãos, por epidemias de sarampo e febre amarela, aos poucos a língua deixou de ser repassada às crianças.

Como vimos nas seções anteriores, esse povo passou por: (i) migrações; (ii) vivenciaram o loteamento e invasão das terras indígenas (iii); viveram e ainda vivem em intensos conflitos com empresários das empresas envolvidas, como Brasil BioFuels; (iv) não possuem escolas voltadas para educação intercultural indígena; (v) e nem materiais didáticos voltados para o ensino da língua Tembé, com exceção de uma única cartilha bilíngue, a *Cartilha Ténétéhar Porangaty*, publicada em 2009, pelo projeto Educamazônia, como a primeira cartilha bilíngue dos Tembé de Tomé-Açu.

Atitudes linguísticas e revitalização do Tembé

Como mencionado no início deste trabalho, apesar das adversidades enfrentadas pelos Tembé. O referido grupo não ficou estático aos processos da colonialidade. Como um caso na aldeia Pytauã (área indígena), localizada nas proximidades da TI Turé-Mariquita, existem duas famílias formadas por Tembé e Munduruku que se comunicam com os filhos apenas na língua Tembé. As crianças dessas famílias não falam o português e são ensinadas pela mãe a falar na língua indígena. Trata-se de uma estratégia de sobrevivência das duas famílias para valorizar a cultura Tembé, como aprenderam com as suas mães.

Em uma reunião na aldeia Pytauã antes da comemoração do dia dos povos originários pude observar em um quadro branco, um canto escrito na língua Tembé, o referido canto era ensinado aos moradores da aldeia, durante a noite, após as atividades do grupo. Essas famílias ao lado de algumas lideranças lutam pela valorização da cosmologia Tembé. Em relatos orais, uma colaboradora da pesquisa ressaltou que aprendeu a valorizar a língua com a mãe e que gostaria de sempre as repassar aos seus filhos.

O impacto dessa ação é fundamental para criança aprender o Tembé, embora esse seja uma atitude isolada na TI, se estendida aos demais pode significar uma das formas de valorizar e contribuir para sua reativação da língua. Mas para isso, é necessário ações diretas e planejamento linguístico entre o grupo.

Outra situação em destaque na aldeia Pytauã é o uso de músicas Tembé. Na ocasião de um trabalho de campo foi possível presenciar alguns indígenas ouvindo um CD que continha diferentes produções musicais gravadas por cantores Tembé. As músicas eram usadas nas festas, nas escolas, contextos de celebração e encontros políticos. Hoje essas gravações estão guardadas em MP3, nos celulares e registradas no Youtube.

Algumas lideranças desses Tembé também têm participado de encontros de políticos indígenas. Deslocam-se para seminários, eventos acadêmicos e debates científicos sobre os povos originários. Também se reúnem para frear os ataques de

fazendeiros e as grandes empresas de dendê que cercam as aldeias. Os conflitos na região são intensos, o que impulsiona a vulnerabilidade das famílias que convivem com o medo da violência. Um caso recente ocorreu em agosto de 2023, quando um cacique do povo Tembê foi alvo de um atentado e acabou baleado. Esse caso aconteceu ainda no período da Cúpula da Amazonia, e pressupõe a situação de vulnerabilidade dessa população.

Um dos grandes problemas enfrentados nas aldeias Tembê é a falta de incentivo para a valorização das línguas indígenas. Seria necessário políticas públicas de valorização da diversidade sociolinguística local. O que se pode observar na maioria das aldeias são situações em que a língua de maior prestígio, como a língua portuguesa, assume as funções mais importantes da localidade, como: a língua das escolas, registros e dos veículos de comunicação, enquanto a língua de menor prestígio, a língua Tembê, por exemplo, designa uma situação de desvantagem, limitada a um contexto familiar.

Conforme relatos locais, caberia ao governo e aos locais o incentivo da língua originária nas séries iniciais, ensino fundamental e médio, porém as crianças, que são uma das principais fontes de recuperação linguística, são alfabetizadas em português, mesmo existindo falantes fluentes que poderiam ensinar a língua Tembê. Além disso, muitas escolas indígenas, sobretudo das séries iniciais ainda possuem uma estrutura precária, prejudicando o ensino e aprendizagem das crianças. Além de lutar pela língua e cultura, o referido povo precisa sobreviver às ameaças e conflitos contra as empresas locais, tornando a asseguuração territorial uma causa urgente.

Considerações finais

Os portugueses que aqui chegaram incentivados pela concepção de pertencimento, julgaram ou atribuíram valor à cultura do outro (do Tembê) a partir da sua própria cultura. Tal situação incidiu em preconceitos linguísticos e sentimentos de superioridade diante de diferenças culturais que rapidamente se transformaram em relações hierárquicas e de conflito.

Os fatores extralinguísticos, tais como: o ensino monolíngue nos aldeamentos jesuítas; políticas do diretório pombalino e a obrigatoriedade da língua portuguesa; o fim dos aldeamentos e a falta de uma educação plural; as políticas de expansão econômica e agrícola nos territórios ancestrais; a desvalorização da cultura indígena nas políticas do Serviço de Proteção ao Índio - SPI; e a falta de políticas públicas em favor da educação intercultural e bilingue para atender a diversidade linguística brasileira, contribuíram para a baixa vitalidade da língua na região.

Como destaca Hein Van the Voort (2019, p.74), muitos indígenas “foram punidos duas vezes: na época colonial, por falarem uma língua indígena e na época moderna, por não falarem mais a língua indígena”. A língua Tembê tem deixado de ser transmitida a maioria das crianças, tanto no contexto familiar como nas escolas. Assim, apresenta fortes sinais de uma língua ameaçada. Para mudar esse quadro é necessário desenvolver nas aldeias a conscientização sobre a importância das línguas indígenas. Como destaca Couto (2009):

Manter a gramática e substituir o vocabulário, ou vice-versa, tem a ver com a atitude dos falantes da língua que está mudando. Se oferecerem resistência à assimilação da língua mais forte, tendem a manter pelo menos parte do vocabulário. Se essa resistência não está presente e/ou se desejam aprender a referida língua, geralmente o que fica da língua original é a gramática, sendo o vocabulário substituído pela língua mais forte. Isso tem a ver diretamente com a questão do poder. Quem o tem, geralmente impõe o nome das coisas. O fato só não acontecerá se houver uma forte resistência cultural, resistência essa que se transformará em um tipo de poder (COUTO, 2009, p.56).

Os Tembé demonstram-se atuantes em defesa de seu território, porém para o fortalecimento da língua Tembé é necessário avançar em políticas linguísticas e em questões educacionais, pois até hoje, existe apenas um único material próprio da região. Contudo, o referido material se encontra desatualizado, possuindo várias ambiguidades em sua representação gráfica, prejudicando, assim, o estudo da língua Tembé na região de Tomé-Açu (AUTOR(A), 2016).

Pensar na revitalização da língua Tembé é uma questão complexa considerando a falta de incentivo do governo, das instituições públicas e d organização interna do grupo. Esses fatores dificultam às políticas de fortalecimento linguístico. Contudo, ainda existem falantes e registros de diferentes estágios da língua, todavia somente as atitudes linguísticas em Tomé-Açu poderão dizer sobre os novos caminhos a serem trilhados pelos Tembé em relação a sua língua.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, J. L. **Os jesuítas no Grão-Pará: Suas Missões e a colonização (1902)**. Lisboa, Portugal, Editora Tavares Cardoso & Irmão, tradução e comentário: Luiz Viana Filho, Publicado pela Editora do Senado Federal, Brasília-DF, 1971. AZEVEDO, J. L. **Os Jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização**. Belém: SECULT, 1999.
- BOUDIN, Max. H. **Dicionário de Tupi-Moderno**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1978. Dicionário de Tupi-Moderno (Dialeto Tembé-Tenetehára). São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas.
- CAMARGOS, Quesler Fagundes. **Estruturas Causativas em Tenetehára: uma Abordagem Minimalista**. 2013. Dissertação (Mestrado em linguística) – Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, UFMG, Belo Horizonte, 2013.
- COUTO, Honório do. **Linguística, ecologia e ecolinguística: contato de línguas**. São Paulo: Contexto, 2009.
- DIAS, Claudionor L. **O povo Tembé da Terra Indígena Alto Rio Guamá: construindo vias de desenvolvimento local**. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local), NAEA, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.
- DUARTE, Fábio Bonfim. **Estudos de morfossintaxe Ténêthar**. Faculdade de Letras, UFMG - Belo Horizonte, 2007.
- FRANCESCHINI, Dulce do Carmo. Línguas Indígenas e Português: Contato ou Conflito de Línguas? Reflexões acerca da Situação dos Mawé. In: SILVA, S. **Línguas em contato – Cenários de Bilinguismo no Brasil**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

FREIRE, José Ribamar Bessa. *Língua Geral Amazônica: a história de um esquecimento*. In: ROSA, M. C.; FREIRE, José R. B. **Colóquio sobre línguas gerais: política linguística e catequese na América do Sul no período colonial**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2003.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI. **Relatório de Campo, 1984**. Belém, Pará. Projeto Fundiário de Tomé-Açu, apresentado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – Coordenadoria Regional do Norte – CR 01.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI. **Relatório de viagem ao grupo Tembé**. Belém-PA. Ordem de serviço nº 261 de 24 de maio de 1990.

HAMEL, R. E. (1998). La política del lenguaje y el conflicto interétnico: problemas de investigación sociolingüística. In: ORLANDI, E. **Política Lingüística na América Latina**. Campinas, SP: PONTES.

LUCCHESI, Dante. O conceito de transmissão lingüística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Orgs.). **Português brasileiro – contato linguístico, heterogeneidade e história**. Rio de Janeiro: FAPERJ/7 Letras, 2003.

AUTORA, 2016.

AUTORA, 2022.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MINISTÉRIO, DO INTERIOR. Ofício INCRA/CR-01/G 1454/84 - Ministério do Interior, Belém, Pará, 1984 - Ministério da Agricultura.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

NIMUENDAJU, Curt. **Mapa Etno-histórico**. Rio de Janeiro: IBGE, Ministério da Educação, Brasília-DF, 2002.

OLIVEIRA, L. d. F. **Estado do Maranhão e Grão-Pará: primeiros anos de ocupação, expansão e consolidação do território**. Anais - XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300473062_ARQUIVO_ArtigoAnpuhUSP2011\[1\].pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300473062_ARQUIVO_ArtigoAnpuhUSP2011[1].pdf). Acesso em: 29 de jun. de 2015.

PARÁ PIGMENTOS S.A. **Diagnóstico etno-ambiental dos grupos Tembé e Áreas Indígenas Tembé, Turé-Mariquita e Urumateua de Tomé-Açu (PA)**. Relatório Técnico RT 086/95, novembro, 1995.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. Relações Internas na Família Linguística Tupi-Guarani. *Revista de Antropologia*. São Paulo, número 27, 1985.

SILVA, S. d. S. **Línguas em contato: cenários de bilinguismo no Brasil**. Campinas, SP: Pontes Editores. 2011.

SILVA, Tabita Fernandes da. **História da língua Tenetehára: contribuição aos estudos histórico comparativos sobre a diversificação da família Tupi-Guarani do tronco Tupi**. 2010. Tese (Doutorado em linguística) – Instituto de Letras – IL do Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGL, Universidade de Brasília – UNB, Brasília, 2010.



<https://doi.org/10.30681/2594.9063.2024v8n1id11783>

TEMBÉ, Lúcio Gusmão. **Cartilha Ténêthar Porangaty Educação Escolar Indígena Tembê Ténêthar**. Tomé-Açu, Pará, Uniceff, 2008. Entrevista concedida a Vieira, Mônica de Cássia Araújo.

VAN DER VOORT, Hein. A relevância das línguas indígenas na biota amazônica. In: GALÚCIO, A. V. PRUDENTE, A. L. **Museu Goeldi: 150 anos de Ciência na Amazônia**. Museu Paraense Emílio Goeldi: Belém, 2019.

Recebido em: outubro de 2023.
Aprovado em: novembro de 2023.

Como citar este trabalho:

MACHADO, M. S. Aspectos históricos e sociolinguísticos dos Tembê de Tomé-Açu/PA: conflitos e reações. **Traços de Linguagem**, v. 8, n. 1, 75-86, 2024.
